

A INCLUSÃO DOS SURDOS NO ESPAÇO ESCOLAR ATRAVÉS DA LIBRAS NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE PICOS PIAUÍ



ELLTON ARTHUR LEAL SOUSA
(Autor)

A INCLUSÃO DOS SURDOS NO ESPAÇO ESCOLAR ATRAVÉS DA LIBRAS NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE PICOS PIAUÍ



ELLTON ARTHUR LEAL SOUSA
(Autor)

Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Humberto Costa - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A INCLUSÃO DOS SURDOS NO ESPAÇO ESCOLAR ATRAVÉS DA
LIBRAS NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE PICOS PIAUÍ.
ELLTON ARTHUR LEAL SOUSA (Autor) -- Alegrete, RS :
Editora Terried, 2025.

PDF

ISBN. 978-65-83367-72-3

1. Educação

24-225451

CDD-918.17

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 90.14

2. Ensino 90.9



TERRIED

www.terried.com

contato@terried.com

RESUMO

Quando se fala em inclusão, nos deparamos sempre com uma questão polêmica que divide ideias e os mais variados conceitos, tanto a favor como contra a inclusão. No ano de 2002 foi sancionada a Lei de nº 10.436/02. Regulamenta a língua de sinais brasileira – LIBRAS, que é aceita e reconhecida como segunda língua oficial do Brasil, pelo decreto nº 5.626/05. O objetivo desta pesquisa é investigar se a inclusão dos alunos surdos no espaço escolar através da LIBRAS e se estão sendo realizada conforme a Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. E conhecer a importância da língua de sinais brasileira – LIBRAS, e como ela é aceita no espaço escolar, bem como a metodologia utilizada para trabalhar com os alunos surdos, nas escolas públicas municipais de ensino regular da cidade de Picos – PI. Foi realizada uma pesquisa exploratória, através de um estudo e um levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, na internet, jornais, vídeos e outros meios de informações que abordem o tema estudado. Trata-se de uma pesquisa descritiva quanti-qualitativa, onde teremos a oportunidade de realizar uma análise interpretativa dos resultados. Constará de uma pesquisa de campo e um levantamento junto à secretaria de educação municipal e nas escolas que atendem alunos surdos. O suporte teórico está pautado nos estudos de Soares (2003), Silvia (2001) e Carvalho (2010).

Palavras-chaves: Surdos. Inclusão. LIBRAS.

ABSTRACT

When it comes to inclusion it always faces a contentious issue that divides ideas and all kinds of views, both for and against the inclusion. In 2002 it was enacted Law No. 10.436 of / 02. Regulates the Brazilian language signs - POUNDS, which is accepted and recognized as the second official language of Brazil, by Decree No. 5,626 / 05. The objective of this research is: investigate whether the inclusion of deaf students at school by Pounds and are being held under Law No. 10.436 of 24 April 2002. And to know the importance of the Brazilian Sign Language - LIBRAS, and as it is accepted at school, as well as the methodology used to work with deaf students, in municipal public schools of regular education in the city of Picos - PI. An exploratory survey was conducted through study and literature in books, scientific articles, the Internet, videos, newspapers and other means of information addressing the subject studied. This is a descriptive quantitative and qualitative, where we will have the opportunity to perform an interpretative analysis of the results. Consist of field research and a survey to the office of municipal education and schools serving deaf students. The theoretical support is guided in the study of Soares (2003), Silvia (2001) and Carvalho (2010).

Keywords: Deaf. Inclusion. LIBRAS.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 O Surgimento da Libras no Brasil.....	10
2.2 A Inclusão.....	13
2.3 A Educação do Surdo.....	15
2.4 Libras.....	17
2.5 O papel do professor de Libras.....	20
2.6 Os principais parâmetros da língua de sinais.....	21
2.7 A importância da Libras no processo cognitivo, educacional social da pessoa surda.....	22
3 METODOLOGIA.....	25
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

É de fundamental importância que os surdos sejam vistos como sujeitos de direitos, concedendo-lhes a oportunidade de inserção na sociedade, sendo que, nesse processo, a Libras é o caminho para que haja a integração dos surdos. Como qualquer grupo que tenha algum tipo de deficiência, os surdos sofrem discriminações em relação à população ouvinte. Nesse ponto podemos destacar a dificuldade de comunicação, que prejudica o aprendizado desses sujeitos, assim como a aplicação de metodologias que não condizem com a atual realidade sociocultural desses alunos e a falta de preparo da maioria dos professores, que atuam nessa área.

Embora exista leis que asseguram o apoio necessário aos alunos surdos, infelizmente ainda existem muitos deles que não desfrutam desses benefícios ficando à margem do contexto sócio educacional, infelizmente isso ocorre devido a falta de ensino da Libras no ensino regular. O Conselho Nacional de Educação aprovou a resolução nº 2;2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Essa diretriz incluiu os alunos surdos no grupo daqueles com dificuldade de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos, e que demanda a utilização de linguagem e códigos aplicáveis, e é no contexto escolar que deve haver a linguagem dos surdos.

Muitos anos se passaram, no entanto, poucas coisas mudaram, leis foram criadas, direitos conquistados. Sendo que, esta lei só consta, e é válida só no papel, mais na prática o que ocorre é completamente diferente. No Brasil a luta e as reivindicações por direito da legitimação da língua de sinais brasileira – LIBRAS, por parte da comunidade surda, vêm desde a década dos anos 1990. Somente após dez anos, depois de ações e reivindicações, por parte das comunidades surdas, foi que conseguiram a aprovação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Sancionada e confirmada pelo em exercício na época, a pessoa do Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Depois de feitas as leituras acerca da inclusão de alunos surdos no ensino regular, depois da aprovação da Lei nº 10.436/02, foi levantado o seguinte questionamento: como ocorre a inclusão dos alunos surdos e a inclusão da língua de sinais brasileira – LIBRAS, no espaço escolar, nas escolas públicas municipais da cidade de Picos – PI?

O estudo teórico está pautado nos aportes dos seguintes autores: Silva (2001), Carvalho (2010), Lima e Campo (2013) dando ênfase principal à LDB (Lei de Diretrizes de Base) (1996) entre outros. O uso desses autores serviu de apoio teórico ao tema escolhido. A pergunta norteadora desta pesquisa partiu-se do intuito de: Investigar a inclusão dos alunos surdos no ensino regular nas escolas municipais de da cidade de Picos-PI.

Para alcançar o trabalho que nos propusemos a realizar, desenvolvemos os seguintes objetivos específicos: Verificar junto aos professores o conhecimento que os mesmos têm sobre o grau de surdez do aluno e se os mesmos tem especialidade em libras. Averiguar qual método utilizado na abordagem inicial com o aluno surdo. Analisar o tratamento que a escola dá a Libras Língua de Sinais e a política de inclusão do surdo. Pesquisar junto ao a escola se há algum membro da equipe escolar que tenha conhecimento da LIBRAS e sabe usar.

Para atingir os objetivos e conseguir uma maior base foram propostas e levantadas as seguintes problemáticas: Os alunos surdos possuem um acompanhamento fora da escola? Qual a forma de comunicação que o professor utiliza com o aluno surdo em sala de aula? Qual abordagem o aluno surdo e professor utilizam em sala de aula? Qual o grau de dificuldade em ensinar um aluno surdo? Quais dificuldades o aluno surdo apresenta no processo de aprendizagem?

Para responder aos nossos questionamentos e um melhor entendimento, realizou-se um questionário (ver nos anexos) acerca do tema escolhido, e aplicado junto aos professores para que o trabalho consistisse em uma pesquisa de cunho exploratório e investigativa quanti-qualitativa.

O presente trabalho é relevante tendo em vista a grande importância em incluir os alunos surdos no contexto escolar, mais precisamente no ensino regular. Embora a pesquisa tenha sido realizada em apenas uma escola da rede municipal de ensino de Picos-PI, a pesquisa não perdeu seu valor, pelo contrário, por meio dela será possível que não só os professores e escola aceitem as diferenças, mas também os próprios colegas de classe aprenderão a respeitar o outro.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: capítulo 1 parte da introdução. Para o capítulo dois consta a revisão de literatura. No capítulo três trata-se dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Quarto capítulo apresenta a análise dos dados. O quinto capítulo trata-se das considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 0 Surgimento da Libras no Brasil

A educação das pessoas com deficiência auditiva teve seu início no Brasil durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Hernest Huet (1885), onde foi fundado o Instituto de Educação de Surdos (INES), em 26 de setembro de 1857. O alfabeto manual, de origem francesa, foi difundido por todo o Brasil pelos próprios alunos do INES. Ainda em 1857, Flausino José Gama, ex-aluno do Instituto Nacional dos Surdos Mudos, criou um pequeno vocabulário de sinais baseado em desenho, tendo como objetivo mostrar os sinais aos brasileiros, mostrar como poderia haver comunicação entre eles.

Já em 1930 a 1947, Dr Armando de Paiva Lacerda, ex-Diretor do INES, proíbe a Língua de Sinais entre os surdos. Podia usar somente o alfabeto manual, um bloco de papel com lápis no bolso para escrever palavra e fala. Em 1950, Ana Rimoli de Faria Dória, ex-diretora do INES, quando assumiu o cargo, proibiu o alfabeto manual e a Língua de Sinais, implantando o método oralista. Os surdos não conseguiam adaptar-se a essa imposição do oralismo e continuaram a usar a Língua de Sinais.

Mediante os informes pode-se perceber que a inclusão dos surdos não foi algo fácil, infelizmente está é uma realidade presente até os dias atuais, e não por falta de Leis e políticas públicas, mais sim por falta de preparo dos profissionais, o certo seria um profissional na área de Libras em cada escola.

No ano de 1969, Padre Eugênio Oates editou o livro “Linguagem das mãos” com 1.258 sinais fotografados. Mais tarde na década de 1980, são iniciadas discussões acerca do bilinguismo no Brasil. Linguistas brasileiros começaram a se interessar pelo estudo da Língua de Sinais Brasileira (Libras) e da sua contribuição para a educação do surdo, entendendo que por meio dela os surdos poderiam ganhar espaço no contexto escolar.

A partir das pesquisas desenvolvidas pela D^a em linguística Lucinda Ferreira Brito, sobre a Língua Brasileira de Sinais, deu-se início as pesquisas, seguindo o padrão internacional de abreviação da Língua de Sinais, tendo a brasileira sido batizada pela professora de LSCB (Língua de Sinais dos Cen-

tros Urbanos Brasileiros), para diferenciá-la da LSKB (Língua de Sinais Kapor Brasileira), utilizada pelos índios Urubu-Kapor no Estado do Maranhão.

Foi sancionada, em 24 de abril de 2002, a lei de nº 10.436 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão entre os indivíduos. Por meio dessa lei o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal garantem a inclusão nos cursos de formação de educação especial e de magistérios, em seus níveis médios e superiores, o ensino da Libras, como sugerem os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Mediante esse pensamento, o surdo, como todos os demais educadores “especiais”, terá garantido seus direitos à educação, assegurando uma formação que lhe dê condições de autonomia no mercado de trabalho, ou seja, partindo da educação para a inclusão social em todos os seus aspectos socioeducacional. Como todas as línguas a Língua de Sinais aumentam seus vocábulos como novos sinais introduzidos pelas comunidades surdas em respostas às mudanças culturais e tecnológicas que ocorre, ou seja, a Libras não é algo estático.

Os sinais são formados a partir de parâmetros como a combinação do movimento das mãos com um determinado formato num determinado lugar, podendo este ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. A Língua de Sinais usado no Brasil recebeu muita influência dos sinais da França e dos Estados Unidos. Após vários séculos, as crianças que possuíam alguma deficiência, ou apresentava alguma deformação congênita na sua formação, deficiência física, mental, de visão e auditiva eram abandonadas, sacrificadas ou mortas na maioria das vezes eram vistos como incapazes. Eram colocados à margem da sociedade, sem o direito de serem alfabetizados, de frequentarem uma escola, excluído do meio social e da convivência com os outros seres humanos, vale ressaltar que embora haja políticas de inclusão dos surdos ainda é comum os vermos sendo tratados como incapazes.

Muitos anos se passaram, no entanto, poucas coisas mudaram, leis foram criadas, direitos conquistados. Sendo que, está lei só consta, e é válida só no papel, mais na prática o que ocorre é completamente diferente as escolas estão ai aos “montes”, mas sem preparo profissional algum para lidar com as diferenças.

Quando falamos em inclusão, sempre nos deparamos com uma questão polêmica que divide ideias e conceitos, ora a favor ora contra a inclusão. Há certos estudiosos e educadores na área da educação, que defendem a inclusão do deficiente em salas de aula do ensino regular e os que confiam que o aluno com deficiência necessita estar em um local especial onde se possa proporcionar maior cuidado.

Estes pesquisadores e educadores defendem a inclusão como algo extraordinário e importante, como assevera Silva (2001, p 79) e Carvalho (2012, p.47) o que vai exigir não só uma mudança na estrutura da escola, mas também, uma mudança de postura, atitudes e valores em respeito às diferenças, ou seja, para existir a inclusão, a escola tem que se adaptar e adequar-se à necessidade e a potencialidade de cada um dos alunos, para que todos tenham direito a uma educação digna e a permanência real na escola, para que ocorra é preciso serem tratados com respeito, para que não haja a evasão.

A educação inclusiva, fundamentada no princípio da universalização do acesso à educação e na atenção à diversidade, requer uma filosofia de educação de qualidade para todos. Na busca deste pressuposto é essencial o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança, a ampliação da participação da família e da comunidade nos espaços educacionais, a organização das escolas para a participação e aprendizagem de todos os alunos e alunas e a formação de redes de apoio à inclusão.

O movimento pela inclusão se constitui numa postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação e na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças. Dessa forma, promove a necessária transformação da escola e das alternativas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas regulares.

A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e implica a definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejada, implementada e avaliada. A concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que conjuga a ideia de políticas educacionais e políticas sociais amplas que garantam os direitos da população.

Assim, a implantação de propostas com vistas à construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos.

No entanto, no termo “inclusão” encontra-se implícito a ideia de “exclusão”, pois só é possível Incluir alguém que já foi excluído. Com a luta das minorias na defesa dos seus direitos, a inclusão está respaldada na dialética inclusão/exclusão.

Lima e Campos (2013, p.83) usam o termo “incluir” para abordar a situação das pessoas com necessidades especiais, na sociedade como um todo, deixando de se basear só na escola. A cobrança por inclusão é social, é incluir as pessoas com deficiências em todos os ambientes que nós vivenciamos.

Para estes autores, a proposta é tornar acessível à vida de todos os seres humanos, não somente na tentativa de incluir as pessoas nestes ambientes, mas, nos incluir na cultura dele, de modo a fazer parte da comunicação e existência mútua.

No que diz respeito aos alunos surdos deve ser levado em consideração tanto a sua especificidade linguística quanto cultural.

2.2 A Inclusão

A origem da inclusão teve início a partir dos anos 90 a nível mundial dar início à dispersão de novas formas de pensar na educação propondo-se atender as novas exigências do mundo contemporâneo, a educação inclusiva. A Educação Inclusiva concretizar a partir da Conferência de Educação para Todos, ocorrida em 1990, na Tailândia, tendo como objetivo a criação de mecanismos que pudessem contemplar a todos, sem distinção.

Mas, Já na Declaração de Salamanca ocorrida em 1994 foi outro marco extraordinário na história da educação para as pessoas com necessidades educativas especiais, objetivando, sem distinção a inclusão de todas as crianças no ensino regular, tenham elas necessidades educativas especiais ou não.

Dentro deste panorama histórico, a inclusão chega ao Brasil tendo como eixo central a Constituição Federal de 1988 a qual fala que todos têm direito

a educação, e com a criação da lei nº 9394/96-Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação garantindo que o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educativas especiais aconteçam preferencialmente nas redes do ensino regular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, em seu artigo 59, capítulo V, que dispõe sobre a Educação Especial, assegura uma educação de qualidade para os alunos com necessidades especiais (BRASIL, 1996). No entanto a LDB não garantiu o acesso à formação dos educadores e professores que trabalham com essa clientela, tornando o processo de inclusão um conceito vazio para os educadores dos alunos especiais, igualmente como para os próprios alunos.

Entretanto, a pronúncia desta palavra gerou e gera certas discussões em relação à matrícula de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular e o não consentimento por parte de alguns segmentos como direção da escola e os educadores. Mas, a finalidade da Educação Inclusiva tende a romper com velhos modelos existentes em nossa sociedade, tendo como ponto de partida que todos são seres humanos e os indivíduos aprendem por meio da sua singularidade, cada um com suas diferenças que os definem, tendo por intuito à busca de uma aprendizagem satisfatória, a contemplação de suas necessidades e o desenvolvimento pleno de cada um.

O ensino inclusivo já faz parte de nossa realidade e ao falar sobre a inclusão nos vem logo em mente pessoas com deficiência, nas palavras de Carvalho (2010):

iPara que a inclusão dessas pessoas seja de fato concretizada, faz-se necessário repensar as práticas pedagógicas adotadas partindo da ideia de que todas as pessoas são capazes de aprender independentemente das necessidades, desde que, para isso sejam oferecidas condições favoráveis para seu aprendizado.

Torna-se necessário, um novo olhar em prol da Educação Inclusiva, uma vez que as leis em vigor garantem que todas as crianças sejam matriculadas na educação básica, porém, as escolas em sua grande maioria não estão preparadas para receber esses educandos oferecendo-lhes um ensino que não satisfaz as necessidades dos educandos.

O próprio Ministério da Educação reconhece que incluir não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades educativas especiais na classe comum, ignorando as suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e a escola o apoio necessário a sua prática pedagógica (Brasil, 1998).

Neste sentido, a escola precisa organizar-se e planejar suas atividades visando atender as diferentes formas de aprendizagem, enquanto indivíduos constituidores de direitos e assim oferecer um ensino vantajoso.

2.3 A Educação Do Surdo

Não há informações específicas sobre a origem da Língua de Sinais, no entanto, destaca-se o início de seu uso no ano de 1760 na cidade de Paris na França, onde o Abade L'Epée de aproximadamente sessenta anos fundou a primeira escola pública para surdos. PERLIN (2002, p.126) explica que a partir da fundação desta escola iniciou-se a multiplicação de profissionais surdos e ouvintes que se espalharam pelo mundo disseminando o uso da Língua de Sinais, foram criadas várias outras escolas, onde além do uso da língua de sinais nacionais, exploravam-se novos recursos na educação dos surdos.

A educação dos surdos no Brasil teve início em 1855, através de um pedido do Imperador D. Pedro II, cujo interesse era de abrir uma escola para pessoas surdas. Convidou Conde Hernest Huet, um francês que ficou surdo aos doze anos. Formado pelo Instituto criado por Charles Michel de L'Epée, e foi o fundador da primeira escola pública para os surdos “Instituto para Jovens Surdos e Mudos em Paris” e ensinou inúmeros professores para surdos. Mas, só no dia 26 de setembro de 1857, foi inaugurada e fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro – Brasil, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”. Na época em que foi fundado o Instituto, era um asilo, onde só eram aceitos surdos do sexo masculino. Estes vinham de todos os pontos do país e muitos eram abandonados pelas famílias no Instituto.

Antes a sociedade denominava a pessoa surda, como surda-muda. No entanto, só no início da idade moderna foi que separam pela primeira vez a surdez da mudez, devido aos avanços da medicina e da tecnologia. Antes os

estudiosos e pesquisadores da época achava que os surdos, através do método do oralismo podia ser curado ou corrigido o problema da surdez. Porém, o insucesso deste método, começou a ser confirmados, pois o surdo educado neste método não conseguia arrumar um trabalho, não conseguia manter uma conversa com um ouvinte desconhecido.

Em 1878, em Paris foi realizado o primeiro congresso internacional sobre a instrução de surdo. Algumas conquistas para os surdos se concretizou neste congresso, como: o direito de assinar documentos, mesmo assim, estava longe de alcançar a possibilidade de uma verdadeira integração social. Só que, neste congresso alguns grupos defendiam o uso da fala, do que, o uso da língua de sinais, mais nesse grupo destacou que a língua de sinais era importante para as crianças surdas poder se comunicar.

Já no segundo congresso, em 1880, realizado em Milão na Itália (MOURA, 2000), explica que: com o intuito de afirmar que aprendizagem da Língua Oral trazia mais benefícios que a Língua de Sinais, além do que, a primeira afirmava que havia uma maior possibilidade de integrar o surdo na comunidade ouvinte, contrariando assim a identidade surda, defendida pela Língua de Sinais.

A finalidade fundamental desse congresso era discutir a proposta metodológica para o ensino e educação do surdo, no entanto, os professores surdos foram proibidos de votar, e o método do oralismo, teve maior votação e as línguas de sinais foram impedidas nas escolas. E com isso, à Língua de Sinais, foi reprimida e considerada como imprópria e inferior.

Sendo assim, até os dias atuais, a educação do surdo no Brasil adquiriu o caráter oralista, o qual luta até hoje para se livrar (MOURA, 2000, p.83). Porém em 1911. O Instituto de Surdos Mudos no Rio de Janeiro. Sobre a direção do Dr. Custódio José de Ferreira Martins, que instituiu que o método oral puro fosse adotado em todas as disciplinas básicas e para todos os alunos surdos, sem distinções se este ou aquele poderia beneficiar-se ou não do método.

Em 1914. Observou-se o que já era esperado, o programa oralista não alcançou resultado positivo. Para o diretor Dr. Custódio, achava que a responsabilidade do método oralista não ter alcançado sucesso, estava nos alunos, sendo

que a idade deles era (entre nove e quatorze anos) prejudicava o processo de aquisição da língua oral.

Assim houve uma nova reformulação no ensino, que por sua vez, as crianças surdas deveriam ter como idade para admissão no Instituto, de seis a dez anos no máximo, para obter melhores resultados nesse programa que se fazia fracassado antes mesmo de começar (MOURA, 2000, p. 53).

Os surdos ao longo da história foram adorados, mortos e abandonados. Hoje na maioria das vezes, são excluídos da sociedade, e ainda sofrem com o preconceito da sociedade, muita vez impedido de exercer o papel de cidadão. Segundo (ROSA, 2009, ao citar CASTRO e CARVALHO, 2005) afirmam que:

O preconceito contra surdos foi algo muito forte e cruel, que resultava, muitas vezes, na exclusão deles da sociedade, privando-os dos direitos básicos constitucionais. Os surdos que não desenvolviam a fala eram os mais prejudicados, alguns eram proibidos casar, acumular bens e usufruir do convívio social.

2.4 Libras

A Língua Brasileira de Sinais – Libras – usada pela Comunidade Surda Brasileira é uma de muitas Línguas de Sinais que há no mundo. é imprescindível informar que a LIBRAS não é uma língua universal, sendo que, cada país tem sua própria língua de Sinais, como a americana, a francesa e a japonesa etc., que vem a se constituir em condições específicas sociais, políticas e culturais.

A eficácia da língua de sinal brasileira – Libras, com suas características e particularidades próprias, fazem dela uma ferramenta linguística, que permite ao surdo ser amplamente favorecido com todo o amplo conhecimento humano, inclusive a aquisição de uma segunda língua, mesmo sendo ela oral ou escrita. A Libras é a língua materna dos surdos, no Brasil. No entanto, não se pode mais negligenciar ou omitir a língua de sinais, no desenvolvimento ou em programas educativos para alunos surdos. O objetivo social que permitir a comunicação sem barreiras no âmbito familiar, escolar, comercial e profissional, se dar devido ao empenho da comunidade surda em desenvolver-se a comunicação através da Libras.

Rosa (2009), ao citar (CASTRO e CARVALHO, 2005). Eles explicam que:

LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é a língua natural da comunidade surda utilizada no Brasil com sua estrutura e gramática própria que é utilizada para a comunicação entre surdos e ouvintes. É reconhecida oficialmente pelo governo Brasileiro através da Lei 10.436/2002. É uma língua de modalidade gestual – visual que utiliza como canal ou meio da comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. É a melhor forma de interação entre pessoas surdas, nas escolas, entre professores, alunos, colegas e no convívio social.

Sendo assim a Libras é a língua natural da comunidade surda empregada no Brasil tem sua estrutura e gramática próprias usadas para a comunicação. A Libras, como toda língua de sinais tem modalidade gestual-visual que utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidas pela visão. Rosa (2009, p. 103), explica a diferença entre a Libras e a língua portuguesa é que esta utiliza a modalidade oral auditiva, fazendo uso de sons e articulações que são percebidos pelos ouvidos. No entanto, as diferenças não são percebidas apenas nos canais de comunicação, estão também nas estruturas gramaticais de cada língua.

Só no ano de 1990, dar início as ações no Brasil, pelas comunidades surda, pelos familiares, pesquisadores e estudiosos da área, para uma política linguística de reconhecimento da Libras no país. O que ocorre é que a Libras é aceita, mais não é utilizada na educação. Apesar da determinação resultante da Conferência da Unesco, realizada em 1951, de que o sujeito que usa uma língua diferente à do país tem o direito de ser educado em sua própria língua, conforme projeto educacional bilíngue. Muitas vezes uma língua não é aceita, pois nela está implícita a essência da diferença. Aproximadamente dez anos depois de ações e reivindicações, por parte das comunidades surdas, consegue aprovação da LEI Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002.

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Já o decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. DOU de 23.12.2005. Regulamenta esse direito dos surdos de se comunicarem em sua língua natural. O que confere a criança surda o direito de ter uma educação baseada em uma proposta bilíngue, na qual deve haver a valorização e o reconhecimento da língua a qual o surdo tenha domínio.

Só com a Lei de nº 11.796, de 29 de outubro de 2008, institui o Dia Nacional dos Surdos. Onde o Presidente Luiz Inácio: no Art. 1º Fica instituído o dia 26 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Surdos. Quando falamos em ensino inclusivo, temos que abordar a inclusão, tema este que faz parte do nosso cotidiano. O que nos remete a uma concepção errônea de inclusão. Isto é, pessoas que apresentam algum tipo de deficiência.

Estudos realizados por estudiosos na área da educação. Evidência que é necessário, uma nova visão sobre a Educação Inclusiva. Já que, a maioria das escolas não está preparada para abraçar e receber esses alunos, oferecendo um ensino de qualidade e condizente com a realidade do alunado.

Sabemos também, que a escola é extraordinária, e importante na formação dos sujeitos em todos os seus aspectos. Ela é o espaço de aprendizagem, de contestações e debates e de trocas de informações precisando atender a todos sem distinção, não promovendo o fracasso, discriminações e exclusões dos alunos surdo da sala de aula.

Já o PNEE, na Perspectiva da Educação Inclusiva, assegura que:

A Lei nº10. 436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinados que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2008, p.9).

Nas escolas do nosso País, a educação é voltada para os ouvintes. No entanto, sabemos que a língua de sinais é de modalidade visual-espacial e a oral é de modalidade oral-auditiva. Porém é importante deixar claro que: usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas SKLIAR (2005, p. 83). Significa que, a escola deve proporcionar opções voltadas às necessidades linguísticas dos alunos surdos, gerando estratégias que consintam a incursão e o desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua.

As diversas formas de adequar uma educação à criança de uma escola dependem das decisões político-pedagógicas adotadas pela escola. Porém ao escolher por essa educação, o estabelecimento de ensino assume uma política em que duas línguas passarão a ser exercitadas no espaço escolar.

2.5 O papel do professor de Libras

O trabalho de tradução e interpretação de Língua de Sinais teve seu início através de atividades voluntárias que ao longo dos anos, as traduções e interpretações, foram sendo valorizadas como atividade laboral, com as participações dos surdos nas políticas sociais, bem como o reconhecimento da língua de sinais em nosso país. Antes do profissional intérprete de Libras, já existiam intérpretes de outras línguas, segundo Quadros (2004), na Suécia, no final do século XIX, a presença dos primeiros intérpretes daquele país criou cinco conselheiros para surdos. Em relação ao papel do professor em sala de aula, se verifica que ele assume uma série de funções de apoio ao aluno surdo (ensinar língua de sinais, atenderem as demandas pessoais do aluno, bem como cuidado com aparelhos auditivos, atuar frente ao comportamento do aluno).

Dessa forma defende a sua posição como integrante da equipe escolar tornando-se claro o papel de cada um dos profissionais frente à integração e aprendizagem da criança surda. Os intérpretes devem ter o conhecimento na língua brasileira de sinais, na forma como é usada pela pessoa surda e boa fluência em língua portuguesa.

A atuação dos intérpretes deve estar centrada no atendimento a todas as pessoas surdas que necessitam romper os bloqueios de comunicação com o objetivo de integrar surdos e ouvintes, facilitando a comunicação de ambos, para isso foi regulamentada a lei a profissão de intérprete de Libras, o qual este de ter competência para realizar a interpretação tanto da Libras como da língua portuguesa. Posteriormente, a Lei nº 10.436 (24/04/2002) torna obrigatório o ensino da Libras nos cursos de Fonoaudiologia, Pedagogia, e curso de magistério, nível médio ou superior e nos cursos de especialização em Educação Especial, o que amplia as possibilidades de, futuramente, o trabalho com os alunos surdos ser desenvolvido de forma a respeitar sua condição linguística diferenciada.

A partir do decreto nº 5.626 sancionado em 22 de dezembro de 2005, a Libras deve ser inserida em todos os cursos de licenciatura áreas do conhecimento, por exemplo, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial, desde que sejam considerados cursos de formação de professores ou profissionais que atuam na educação.

Estas leis como podem ser vistas sugerem a importância do intérprete, mas não prevê a sua presença, o que implica na organização da comunidade surda e ouvinte para obtenção deste recurso, a formação de intérpretes em Libras é algo recente e só aqueles que frequentam os grandes centros, têm acesso a essa formação promovida pelas associações de surdos, a presença desse profissional é de fundamental importância, é um grande passo para tornar o aprendizado do surdo bem sucedido.

2.6 Os principais parâmetros da língua de sinais

Como língua, a Libras é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos,

preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumento linguístico. Embora possua todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demande prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua, a Libras se distingue do Português, como língua oral. A distinção, no entanto, é uma só, conforme constata Brito (1995, p.36) ao afirmar que:

A diferença básica entre as duas modalidades de língua não está, porém, no uso do aparelho fonador ou no uso das mãos no espaço, e sim em certas características da organização fonológica das duas modalidades: a linearidade, mais explorada nas línguas orais, e a simultaneidade, que é a característica básica das línguas de sinais.

A estrutura da Libras é constituída a partir de parâmetros que se combinam, principalmente com base na simultaneidade e se estruturam em diferentes níveis linguísticos. Esses parâmetros são:

Nos últimos tempos, pesquisas apontam a existência de cinco componentes dos sinais, os então chamados Parâmetros das LS (Língua de Sinais) a configuração de mão, o ponto de articulação, o movimento, a orientação e as expressões não manuais. As imagens descrevem cada dos pontos citados.

No que se referem aos parâmetros dos sinais das mãos eles são chamados de fonemas (que na língua portuguesa conhecemos como unidades menores no processo de formação das palavras).

2.7 A importância da Libras no processo cognitivo, educacional e social da pessoa surda

A escola é considerada instituição social indispensável na formação do indivíduo, pois o prepara para incluí-lo na sociedade tornando-o um cidadão. O aluno surdo ser incluído no ensino regular se faz importantíssimo para desenvolvimento enquanto participante de um contexto sociocultural, pois intensifica o comprometimento do real propósito escolar.

O ser humano possui dois sistemas para produção e reconhecimento da linguagem: o sistema sensorial e o sistema motor que faz uso da anatomia da mão e do braço, caracterizando as línguas de sinais, essa é considerada a língua natural do surdo é imprescindível no seu desenvolvimento psicossocial e intelectual.

Vygotsky considera a linguagem oral determinante na formação dos processos mentais também, defendendo o oralismo em um primeiro momento, mostrando o papel de destaque que a palavra desempenha no processo da educação de surdos e da socialização. Faz-se necessário o ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2), com a utilização de materiais e métodos específicos no atendimento às necessidades educacionais do aluno surdo.

Vale ressaltar que o aprendizado do surdo em meio aos alunos sem nenhuma deficiência, diz respeito a aspectos referentes à sua linguagem, como atuar diante dessa novidade em sala de aula e as dificuldades de como alfabetizar o aluno surdo. Esse aluno precisa de uma educação e atenção diferenciada que possam ser respeitadas as suas limitações em que isso implica grandes dificuldades de interação devido ao comprometimento da perda auditiva, pois esta propicia a socialização com as pessoas ouvintes e, portanto, necessitam de intervenções pedagógicas, familiares e sociais facilitando sua participação na sociedade.

Para tanto se faz necessário o compromisso da comunidade escolar em adequar-se as metodologias e abordagens de ensino a esse aluno, criando alternativas para assegurá-lo no ambiente escolar de forma participativa, fazendo com que o mesmo não se sinta inferior aos demais. No contexto dessa educação a língua de sinais surgiu com função, entre outras, de facilitar a integração e o aprendizado dos surdos, entretanto, durante muitos anos, o mito de que a língua de sinais impediria a aquisição da língua oral pelas crianças surdas, impedindo sua utilização no processo educacional prejudicou seu desenvolvimento e a sua inclusão na sociedade.

A língua de sinais não era considerada uma língua, mas um conjunto de gestos icônicos, sem estrutura e com a função de comunicar apenas conteúdos concretos. Com base na Legislação Brasileira, o Conselho Nacional de Educação aprovou a resolução nº.2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica. Essa diretriz inclui os alunos surdos no grupo daqueles com dificuldade de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos, e que demanda a utilização de linguagem e códigos aplicáveis.

Atualmente a linguagem de sinais é uma disciplina em expansão e vem demonstrando a importância dessa língua na construção das pessoas surdas. Ape-

sar desse avanço, ainda são comuns situações de dificuldades de interações entre professores e alunos surdos. Nesse contexto, muitas vezes o professor explicita problemas, que não aprendem a lidar com as diferenças, dentre eles estão: Compreensão e aceitação dos outros; Construção de uma sociedade solidária; Desenvolvimento de projetos de amizade.

Compreendidos pelos surdos, que ignora e não atinge os objetivos propostos, simplesmente por não entender o conteúdo. Desse modo, apesar de tantas dificuldades são evidentes os benefícios que a inclusão do surdo na escola regular proporciona para os demais alunos ouvintes, tais como:

Percebe-se que os benefícios não atingem apenas os alunos surdos, mas toda comunidade escolar, no entanto não há como promover a inclusão efetivamente sem o envolvimento de todos. Os benefícios para todos os alunos vêm de fato de que as crianças se enriquecem quando têm a oportunidade de aprender umas com as outras nas salas de aula integradas, adquirem valores relacionadas com a inclusão e levam valores para a comunidade.

3 METODOLOGIA

No presente capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização deste estudo, descrevendo e informando tudo que foi necessário para a concretização da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa, onde teremos a oportunidade de realizar uma análise interpretativa dos resultados. Constou-se de uma pesquisa de campo e um levantamento junto à secretaria de educação municipal e nas escolas que atendem alunos surdos. Para isso, o método utilizado foi através de entrevistas, por meio de questionários, (ver nos anexos) juntos aos professores intérpretes, que lidam com os sujeitos da pesquisa “alunos surdos mudos”.

Dentre os mais variados métodos para a construção de uma pesquisa científica, o presente estudo optou por adotar o método integrativo, que considera os mais abrangentes e amplos estudos na área e com abordagens metodológicas referentes às revisões, tendo por base a inclusão de estudo experimental, combinada dos teóricos e empíricos, no intuito de fornecer uma vasta compressão sobre o fenômeno analisado (SOUSA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Quando se faz uma pesquisa científica requer análise para dar sustentabilidade à pesquisa realizada que de acordo com Gil: A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168).

O presente estudo realizou-se na cidade Picos Piauí. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede municipal, os dados foram coletados através da aplicação de questionários com três professoras no ensino regular.

Para assim podermos detectar se há a prática do ensino de Libras ou não na escola da referida cidade. Mediante a isso serão apresentados os dados para que tenhamos uma avaliação da real situação do ensino de Libras na escola as professoras receberam os nomes de M2, M4 e M6 evitando assim citar o nome real de cada uma.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

A tabela abaixo descreve as perguntas e respostas dos questionários aplicados às educadoras do ensino regular da Cidade de Picos na escola municipal Tia Celeste localizada na Zona Urbana da cidade.

PERGUNTAS	M2	M4	M6
O que você sabe sobre surdez?	Não sei quase nada, a não ser que meu aluno é surdo.	Não sabia muito, mas quando me deparei com aluno surdo procurei me informar.	Não sei muito, apenas que tem uns mais surdos que outros.
Você sabe qual é o tipo e o grau de perda auditiva do seu aluno? se sim, explique.	Não	Pouco, sei apenas que existe vários graus de surdez e que a maioria que tem na sala de aula são de surdez profunda.	Não
Qual a forma de comunicação usada pelo aluno com surdez na sala de aula? oral/fala () libras () comunicação total (...)	Libras, ou linguagem entre eles mesmos.	Libras, no entanto como na sala não há professor de Libras fica complicado.	Libras, apenas por parte do aluno.
Qual a forma de comunicação usada pelo professor com o aluno surdo: oral/fala () libras () comunicação total ()	Oral/fala	Oral/fala	Oral/fala
Você sabe em qual abordagem o aluno surdo foi educado? oralismo () comunicação total () bilinguismo não foi educado em nenhuma abordagem específica (...) não sei ()	Não educado em nenhuma abordagem específica	Não há uma definição de educação exata em que os alunos foram educados	Educado a modo grosso, ou seja, nenhuma comunicação específica a não ser a usual entre os familiares.
Você sente dificuldades para ensinar o aluno surdo? se sim, quais?	Sim, por eu não saber me comunicar por meio da língua de sinais, a Libras.	Sim, justamente por não ser especialista nessa área e o pouco que sei ainda não é o suficiente.	Sim, muito não entendo nada da língua de sinais.

O aluno surdo apresenta dificuldades em seu processo de escolarização? se sim, quais?	Sim, justamente porque o próprio professor não possui domínio da língua de sinais.	Sim, como já mencionado ainda não me especializei na área.	Muita, não entendo de Libras e isso dificulta muito a situação de aprendizagens dos alunos.
Você acha que existe a necessidade de alguma adaptação curricular para os alunos surdos? se sim, ela é feita?	Existe sim uma grande necessidade na escola não temos especialista em Libras desse modo será necessário um especialista.	Sem duvida alguma, temos alunos surdos mudos e não temos um profissional capacitado para ensinar, ou seja, media-los.	Sim muito necessário tanto para os alunos como para os próprios professores, tendo em vista que facilitará a vida de ambos.
Você conhece e sabe e usar a libras?	Sei apenas, que se trata da língua de sinais usada pelos surdos.	Sei um pouco e também faço uso, mas não sei tanto quanto gostaria, no entanto estou estudando justamente a língua de sinais.	Não sei, tenho conhecimento apenas do que é Libras, mas não sei fazer uso da mesma.
Algum outro membro da equipe escolar conhece e sabe usar a libras? se sim, qual?	Não	Não	Não
Você acha que a libras é importante no processo de escolarização do surdo? por que ?	Sim, porque é a única língua que eles conhecem.	Sim, muito porque através da Libras, a língua que eles conhecem é que facilita o seu aprendizado, no entanto é necessário um bom professor.	Sim, porque essa é a forma de comunicação que eles usarão para o resto da vida.
A escola tem algum intérprete de libras?	Não.	Não.	Não.
Você teve alguma capacitação que tratou sobre surdez ou Libras na escola tem algum instrutor surdo	Não.	Não.	Não.
Esses alunos têm algum acompanhamento especializado fora da sala de aula? se sim, onde e por quem?	Não.	Não. Nem mesmo na escola tem.	Não.

Você teve alguma capacitação que tratou sobre surdez ou Libras?	Não.	Não estou começando agora.	Não.
Qual a relação que você identifica entre a Libras e a política da inclusão?	Na escola onde trabalho não existe a inclusão de Libras.	A Libras é a forma de inclusão do aluno surdo mudo na escola.	É através do ensino de Libras que o aluno é incluso na escola.

Fonte: Escola Municipal tia Celeste

Analizando as respostas obtidas pode-se afirmar que todas sabem e reconhecem a importância do ensino de Libras, levando em consideração que é a forma de comunicação das pessoas surdas bem como o meio mais eficaz da aprendizagem escolar.

Uma constatação não pode deixar de ser mencionada aqui, mesmo sabendo que das três entrevistadas apenas uma no caso M2 faz uso da língua de sinais, e não é o bastante para a comunicação entre ela e os alunos, nos dando assim a entender a falta de profissionais de Libras para a referida escola, e não só na escola pesquisada como na cidade como um todo.

Segundo Guarinello (2007, p.56), o surdo só poderá dominar os elementos específicos da língua portuguesa: conjunções, preposições, verbos flexionados, entre outros com a mediação de um sujeito que também domine a língua de sinais. As respostas obtidas através dos profissionais da educação mostram o tamanho da necessidade do ensino de Libras nas escolas.

Um fator de suma importância e que vale destacar é que na referida escola existe sim alunos surdos e que embora eles frequentem as aulas, na referida escola não consta nenhum interprete da língua de sinais, o que nos leva a apontar uma falha enorme na educação básica da cidade de Picos-PI, ao ponto que faltam profissionais para atuar na área da comunicação de surdo, nos dando o posicionamento de que falta muito para que haja inclusão dos surdos nas escolas da rede Municipal de ensino da referida cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio dos professores é conseguir mediar a inclusão do aluno surdo no contexto socioeducacional. Durante o percurso dessa pesquisa, foram apresentados fatos históricos e abordagens teóricas que foram permeados na educação para surdos. No entanto podemos perceber que ainda falta muito para que haja uma educação inclusiva na cidade de Picos- PI, mesmo Picos contando com muitas escolas de nível particular, nenhuma delas está apta a receber alunos surdos, isso devido a falta de preparo dos professores.

Uma educação inclusiva tende a respeitar as diversidades, respeitar as diferenças e seus valores assim como as diversas formas de comunicação, portanto não restringe unicamente as providencias a ser tomada no ambiente escolar e assim como também tem que contar com apoio e colaboração dos familiares. Portanto algumas reflexões teóricas nos levam a entender que os professores possuem necessidades, ou seja, uma há carência de estudos sobre a temática, pois nas suas falas ficam claro o despreparo em enfrentar esse desafio.

Nesse sentido, a pesquisa de campo buscou destacar como os professores percebiam o conceito de inclusão e a prática pedagógica. Evidenciando, portanto qual direcionamento que poderia estar norteando as políticas de educação inclusiva em especial dos surdos, pautada na inserção desses indivíduos na escola regular sendo isso suficiente.

Enfim, nesse trabalho evidenciou que grande é a necessidade de continuarmos a discutir as questões referentes a educação de surdos, principalmente quando inseridos em escola regulares, na tentativa de ser reduzida a marginalização dos mesmos e que seus direitos possam ser respeitados como os de quaisquer outro cidadão.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional Lei nº10436, de 24 de abril de 2002. Brasil, 2002.

_____, Congresso nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº9394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 14 de setembro de 2001.

_____. Lei n. 12.319, de 1º setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em 09 de jun. 2012.

CARVALHO, ROSITA EDLER. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação. 2010.

CONGRESSO DE MILÃO. In: MOURA, M.C. **O surdo: caminhos para uma Nova identidade**. Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS: **plano para satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem**. Tailândia: UNESCO, 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHAS DE AÇÃO: **sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: Corde, 1994. DECLARAÇÃO DE GUATEMALA: convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. GUATEMALA: UNESCO, 1999.

MOURA, M.C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**; Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

PERLIN, Gladis T.T. História dos Surdos. Caderno pedagógico. Curso de Pedagogia a distância para surdos. UDESC, 2002.

QUADROS, R. M. de. KARNOPP, L. B **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROSA, MARIA JOSÉ ARAUJO. **Inclusão: a importância do uso da libras (língua brasileira De sinais) nas escolas públicas regulares para alunos Surdos III FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E QUESTÕES DE GÊNERO 11 e 13 de novembro de 2009 UFS – Itabaiana/SE, Brasil**.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus, 2001.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de** dos surdos in: SKLIAR, Carlos (org.) **Educação e Exclusão**: Abordagens Sócio-Antropológicas em Educação Especial- Porto Alegre: Mediação, 1997.

A INCLUSÃO DOS SURDOS NO ESPAÇO ESCOLAR ATRAVÉS DA LIBRAS NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE PICOS PIAUÍ



ELLTON ARTHUR LEAL SOUSA
(Autor)